



PARTILHA DOS CUSTOS DAS VALÊNCIAS

Vai ser a meias

**PACTO DE COOPERAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE SOCIAL
REVISTO 25 ANOS DEPOIS, ENTRE O ESTADO E O SECTOR SOLIDÁRIO**



COMBATE À POBREZA
10 anos para reduzir
a metade a taxa de pobreza
em Portugal



FAPPC
Rui Coimbra sucede
a Abílio Cunha
na presidência da Federação



ANGRA DO HEROÍSMO
COT trabalha junto
dos sem-abrigo no sentido
da sua inclusão plena



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA

Um nobre desafio a Portugal

Finalmente, foi aprovada uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP). Apesar de haver aspetos importantes por conhecer, no que respeita a exequibilidade desta Estratégia, em termos gerais, considero que ela poderá vir a ser a tentativa ou a solução para responder à vergonhosa realidade persistente em Portugal que é a dos níveis de risco de pobreza oscilarem entre os 17% e os 22 %.

Para um país integrado na União Europeia e com potencialidades endógenas significativas, o número de cidadãos em situação de pobreza severa, a quantidade de crianças que são afetadas por falta de condições básicas de subsistência, a injustificável pobreza geracional, bem como a que atinge uma taxa considerável de empregados, são evidências que demonstram nunca ter havido a vontade política bastante que levasse a enfrentar, com determinação, tão graves problemas para se alcançar o desenvolvimento integral e consistente do país.

A forma como está elaborada a ENCP aponta para a superação de uma injustificável incoerência em que decorreram muitos programas de combate à pobreza: eram maiores os investimentos financeiros no funcionamento das estruturas criadas, que nas ações programadas para se alcançarem os objetivos determinados. Desejo que sejam bem-sucedidos os programas de aproveitamento e rentabilização dos recursos infraestruturais e humanos existentes e a metodologia de articulação entre diferentes setores ministeriais, conjugada com uma ligação às autarquias e a todo o tipo de organizações, formais e informais, da economia social, contando com a participação direta dos próprios destinatários. Para que seja eficaz esta indispensável articulação, há que não cair na fatalidade que tem sido o excesso de procedimentos se tornarem num emaranhado burocrático.

Como já referi, ainda existem muitas medidas concretas que farão parte dos previstos planos de ação para se sintonizar, realisticamente, com os eixos estratégicos estabelecidos, se tornarem alcançáveis os indicadores e metas determinados. Também há que saber como será o relacionamento, nomeadamente no que respeita à articulação da Comissão Técnica de Acompanhamento da ENCP com as autarquias e os representantes nacionais dos diferentes setores da economia social, bem como o das autarquias com as instituições locais e destas entre si.

Sem prejuízo de se voltar a este assunto, é importante que as IPSS e as demais organizações da

economia social se comecem a preparar para integrar, por inteiro e nas diferentes frentes, as ações que vierem, em conjunto com elas, a constituírem os Planos de Ação. Quer dizer que a motivação e a preparação têm de redobrar, particularmente nesta área da intervenção socioeconómica, desde já, procurando estarem atentos para fazerem parte da implementação da ENCP em todas as suas fases e não apenas como executantes de realizações pensadas por outros, por vezes mais distantes das realidades em causa. Os representantes nacionais das IPSS e de outras organizações da sociedade civil têm assegurada a sua participação nos “fóruns consultivos”. Mas a missão mais importante está na capacidade de adaptação dos Planos de Ação às realidades de cada comunidade. Aí entram as autarquias, a começar pelas Juntas de Freguesia e as IPSS, assim como com organizações de âmbito local. Para que funcionem sem o risco de sobreposições serão criados, no âmbito do Eixo Estratégico 5, “Fóruns Locais de Combate à Pobreza” e revista e fortalecida a Rede Social. Bastaria a revisão da Rede Social no que concerne aos seus objetivos e metodologias de intervenção, pois o aparecimento de mais uma estrutura levará, ao que já acontece: serem os mesmos representantes a integrarem as duas instâncias. Mesmo que seja assim, nenhuma IPSS se deveria dispensar de estar representada nestes dois órgãos de âmbito local. Prevê-se a participação de toda a comunidade, em particular,

dos públicos envolvidos na auscultação e participação direta, através dos designados “Projetos de Adesão” (“modelo bottom-up” – de baixo para cima). As IPSS e demais organizações formais ou informais da sociedade têm uma missão incontornável na sensibilização e motivação das populações e que sejam as principais impulsionadoras dos referidos Projetos, bem como na monitorização das ações em curso ou realizadas.

A ENCP apresenta-se como um enorme desafio ao funcionamento do Estado, ao enraizamento popular das autarquias, à revitalização das IPSS e demais Organizações, direcionando-as, ainda mais, para dinâmicas de desenvolvimento comunitário ou socio-local.

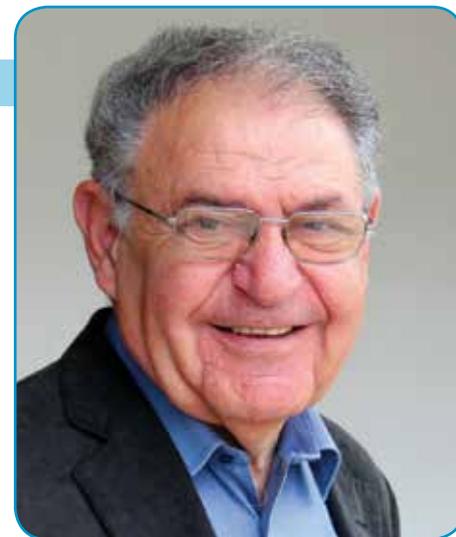
Mas o maior desafio de todos está na concretização dos pontos 6.2.1. e 6.2.2. do Eixo Estratégico 6 que têm, respetivamente, como objetivos: “Promover uma nova visão sobre a necessidade de erradicar a pobreza” e “Reconhecer com nitidez e pedagogia o sentido do combate à pobreza nas condições contemporâneas”. Isto exige uma transformação de mentalidades muito grande. Se não se conseguirem alcançar estes dois objetivos, praticamente tudo poderá ficar em causa. Mas as causas difíceis são para os audazes; e os colaboradores assalariados e voluntários das lusas instituições já deram, em muitas ocasiões, provas disso.

Voltarei a refletir sobre outros aspetos da ENCP e o compromisso, em particular, das IPSS.



EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Ano Novo - Novos desafios

1. Ao fim de 25 anos de vigência, foi subscrita, em 23 de Dezembro de 2021, pelo Primeiro Ministro, pela Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (AMNP), pelo Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), pelo Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, pelo Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), pelo Presidente da União das Mutualidades Portuguesas e pelo Presidente da CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa), a revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Esta nova versão do Pacto de Cooperação constitui um compromisso entre o Estado Central (Governo), o Estado Local (as autarquias locais) e as Organizações Representativas do Sector Social (ORSS), que assume, reitera e aprofunda o modelo de trabalho colaborativo no âmbito das competências de diversos departamentos governamentais, modelo que conforma a matriz do Pacto de Cooperação, na sua versão inicial, de 1996 – e que, desde então, tem constituído o referencial dos Compromissos de Cooperação celebrados anualmente, ancorados no papel com que a Constituição da República configura as Instituições particulares de solidariedade social como instrumento das políticas públicas na proteção social (em sentido amplo).

O texto do Pacto, revisto, reconhece o papel, a importância, a valia, a capacidade de adaptação das IPSS e entidades equiparadas no sentido da execução dos objetivos consensualizados, tendo em conta a aptidão destas Instituições para a aproximação aos problemas das pessoas concretas, através da rede capilar de equipamentos, respostas e serviços sociais assegurados pelas mesmas Instituições em todo o território nacional.

Trata-se de um modelo que tem permitido o progressivo aumento da cobertura em creche, com vista à conciliação da vida profissional com a vida familiar, a universalização da educação pré-escolar, o acolhimento de crianças e jovens em risco, o atendimento a pessoas com deficiência, a prestação de cuidados de longo prazo, assegurando condições de saúde e bem-estar das pessoas idosas ou dependentes, em lares, apoio domiciliário e unidades de cuidados continuados – só para referir alguns

dos domínios mais expressivos.

E, no atual contexto de pandemia, não podem deixar de se imputar ao modelo vigente os resultados comparativamente menos severos que o nosso País felizmente apresenta, em muito devedores do registo de proximidade dos cuidados assegurados aos grupos mais vulneráveis pelas Instituições particulares de solidariedade social.

Deve relevar-se como um passo muito significativo o compromisso constante do Pacto de Cooperação, no sentido de o Estado e as Instituições deverem repartir de forma equitativa os encargos com as respostas sociais em que existem participações familiares, tendo o Senhor Primeiro Ministro, na cerimónia da assinatura da revisão do mesmo Pacto, referido que essa repartição equitativa se traduziria na cobertura gradual pelo Estado de 50% desses custos – sem prejuízo, como é bom de ver, das respostas sociais em que não haja participações dos utentes, ou estas sejam meramente simbólicas, em que a participação pública será a adequada a cada situação.

2. No dia 23 de dezembro foi assinada uma primeira adenda ao compromisso de cooperação para o sector social e solidário para o biénio 2021-2022. Segundo essa adenda, reconhecendo a excecionalidade da situação atual, bem como a necessidade de apoiar as Instituições do sector social e solidário no contexto dos custos com a situação pandémica e com o aumento do salário mínimo nacional, tendo em conta que a atualização dos acordos de cooperação em 2022 só poderá ser concretizada após a aprovação do Orçamento do Estado, o Governo entende criar um apoio mensal de caráter extraordinário, a aplicar no ano de 2022 até à atualização referida. O montante mensal adicional é de 3,3 milhões de euros.

3. Aproximando-se a data das eleições legislativas, o Sector Social Solidário constituído pelas quatro Organizações Representativas (ORSS), União das Mutualidades, União das Misericórdias, CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa) e CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade), apresentaram aos dez Partidos com assento parlamentar algumas questões que certamente

poderão contribuir para que o Sector seja visto como verdadeiro pilar do Estado Social, que é, e questões que poderão ser contempladas nos respetivos programas eleitorais.

Nesse sentido, as ORSS entenderam propor às diversas forças políticas candidatas às eleições para a Assembleia da República de 30 de Janeiro:

a) A disponibilidade para a necessária alteração legislativa que consagre a consignação, na percentagem que seja bastante para o efeito, das receitas do jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos encargos do MTSSS com o pagamento das participações da Segurança Social nos acordos de cooperação com as IPSS e entidades equiparadas, no âmbito do subsistema de ação social do sistema de proteção social de cidadania a que se refere a Lei de Bases da Segurança Social, com majoração das percentagens a que se referem o artº 3º, 5., b) do Decreto-Lei nº 56/2006, de 15 de Março e o artº 2º, 1., c) da Portaria nº 81/2021, de 8 de Abril. Ou, caso se entenda, a consignação da receita fiscal, ou de parte dela, proveniente de um determinado imposto, ao cumprimento das obrigações derivadas do Pacto de Cooperação, designadamente a gradual aproximação ao referido objetivo de participação equitativa.

b) Ainda, e sem prejuízo da necessária revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social, propõe-se, de forma prioritária, a redução, por via legislativa, da taxa de IVA para 6%, nas empreitadas relativas a obras que tenham como objeto instalações destinadas aos fins estatutários das Instituições.

c) Propõe-se a necessária iniciativa legislativa que consagre o alargamento do regime de isenção a todos os bens imóveis pertencentes às IPSS e entidades equiparadas, sem qualquer tipo de discriminação positiva ou negativa.

d) interpelam-se as forças políticas concorrentes às eleições legislativas no sentido de promoverem a adequação à Constituição da legislação avulsa respeitante ao regime jurídico das IPSS e entidades equiparadas, designadamente no que se refere à subsistência de referências quer a uma relação de tutela quer a uma terminologia jurídica que não é, nem legal, nem constitucionalmente, admissível ou aceitável.



Dia da CNIS

A CNIS celebra 41 anos. A Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico Porto e o Instituto Politécnico de Coimbra, entidades parceiras da CNIS no desenvolvimento do projeto TFA “TheoFrameAccountability - Theoretical framework for promotion of accountability in the social economy sector: the IPSS case” (<https://www.tfa.pt/>), associam-se a esta Confederação na celebração do seu aniversário, promovendo, no dia 18 de janeiro, um seminário online, realizado via plataforma zoom, que marcará, igualmente, o encerramento deste Projeto.

PROGRAMA

10:15 – Abertura do Dia da CNIS – Pe. Lino Maia – Presidente da CNIS

10:30 – Sessão de Abertura do Seminário do Projeto TheoFrameAccountability
- Pe. Lino Maia – Presidente da CNIS

- Paulo Jorge Ferreira – Reitor da Universidade de Aveiro
- Eduardo Graça – Presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- Ana Mendes Godinho – Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

11:00 - Enquadramento, metodologia e apresentação dos resultados do projeto TheoFrameAccountability

- Helena Inácio – Investigadora – Instituto Superior de Contabilidade da Universidade de Aveiro, Universidade de Aveiro

- Rui Marques – Co-investigador responsável – Instituto Superior de Contabilidade da Universidade de Aveiro, Universidade de Aveiro

- Augusta Ferreira – Investigadora responsável – Instituto Superior de Contabilidade da Universidade de Aveiro, Universidade de Aveiro
Intervalo para almoço

14:30 – Do financiamento à sustentabilidade da economia social: Presente e futuro

- Catarina Marcelino – Vice-presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social
- Rafael Chaves Ávila – Professor – Universidade de Valência

- Susana Bernardino – Professora – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto

Moderadora – Deolinda Meira – Professora – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto

16:00 – Sessão de encerramento do Seminário
- Eleutério Alves – Vice-presidente da CNIS
- João Rocha – Presidente do Instituto Politécnico do Porto (a confirmar)

- João Lobato – Administrador dos SASIPC, em representação do Professor Jorge Conde Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra

16:30 – Encerramento do Dia da CNIS – José Carlos Batalha – Presidente da Assembleia Geral da CNIS

Todas as associadas estão convidadas a participar, mas devem formalizar a inscrição.

PEDEPE-CANDIDATURAS ABERTAS

Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

A CNIS informa as suas associadas com a resposta Educação Pré-Escolar que estão abertas as candidaturas para a Compensação Remuneratória dos Educadores de Infância da Rede Solidária.

No âmbito do PEDEPE – Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, para o ano letivo 2020-2021, o Estado compromete-se a apoiar financeiramente as instituições em que a remuneração mensal média dos educadores de infância seja superior a €1.154,70.

Sendo este apoio objeto de candidatura a apresentar, informamos:

- Apenas poderão candidatar-se as instituições que têm acordo de cooperação com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social (MTSSS) e o Ministério da Educação (ME);

- As candidaturas devem ser preenchidas no site do Instituto de Gestão Financeira da Educação do ME, área PEDEPE, “Candidatura ao Programa PEDEPE” em: <https://portal.igefe.mec.pt/ords/f?p=100:101:0>

- O apoio financeiro traduz-se na compensação

pela diferença entre a remuneração média mensal dos educadores de infância da educação pré-escolar e o valor de referência €1.154,70;

- O apoio financeiro será pago em 12 mensalidades (setembro a agosto), reportadas a 14 prestações mensais, acrescido do adicional para compensação dos encargos legais com a Segurança Social e com a cobertura dos riscos de acidente de trabalho e doença profissional;

As Instituições devem cumprir rigorosamente, os seguintes prazos:

- De 3 a 21 de janeiro – preenchimento e submissão das candidaturas

As Instituições devem aceder à plataforma, preencher a candidatura, rever, e quando esta se encontrar válida, proceder à sua submissão;

- De 24 a 28 de janeiro – consulta e análise das candidaturas

Nesta fase, a plataforma fica para consulta, entrando no sistema o ficheiro da Segurança Social, para cruzamento da informação relativa a ausências e remunerações;

- De 31 de janeiro a 11 de fevereiro – análise e correção das candidaturas

Momento para corrigir todos os erros da candidatura, sejam os identificados pelo IGEFE relativamente a ausências ou os detetados pelas Instituições após a submissão;

- De 14 a 25 de fevereiro – período de reclamação

Fica disponível na plataforma o documento com o cálculo provisório da compensação a atribuir, devendo as Instituições verificar se o mesmo está correto e, se necessário, contestarem o valor. Se até 25 de fevereiro as Instituições não apresentarem eventuais alegações em contrário, será disponibilizada na plataforma a decisão final. Após esta data, é encerrada a participação das Instituições no Programa, não havendo lugar a correções e/ou submissões de candidaturas.

Antes de iniciarem as candidaturas sugerimos a leitura dos documentos de apoio disponíveis em <https://www.igefe.mec.pt>

A CNIS está disponível para esclarecimento de dúvidas às suas associadas na elaboração das candidaturas, através dos contactos do Departamento Técnico: dep.tecnico@cnis.pt e 226 068 614.

GRATUIDADE PLENA EM 2021

Creche grátis para todas as crianças que ingressem já em setembro no 1º ano

Já está publicada em Diário da República a lei que define o alargamento progressivo da gratuitidade das creches e das amas do Instituto da Segurança Social (ISS).

O sistema vai abranger já no ano de 2022, em setembro, “todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche”. Depois, em 2023, passam a estar incluídas “todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche” e aquelas que “prossigam para o 2.º ano”.

A lei determina ainda que em 2024 vão usufruir da gratuitidade “todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche e às crianças que prossigam para o 2.º e 3.º ano”.

Nas creches abrangidas pelo sistema de cooperação, a “gratuidade é assegurada pelo ISS, nos termos da regulamentação que define o seu modelo de cooperação com as IPSS ou legalmente equiparadas para o desenvolvimento de respostas sociais”.

O Parlamento aprovou a medida, que foi publicada em Diário da República, a 24 de novembro. Ao contrário do que até agora acontecia a gratuitidade deixa de depender do escalão de rendimentos. Os deputados da Comissão de Trabalho aprovaram na especialidade a proposta que partiu do PS. Já as propostas do PCP que iriam criar mais 100 mil vagas até 2023 foram rejeitadas com votos do PS e PSD.

WWW.SOLIDARIEDADE.PT BATE RECORDE

10,7 milhões de visitas ao site no ano de 2021

O ano de 2021 fica na história do site do Jornal Solidariedade por ter ultrapassado pela primeira vez a fasquia das 10 milhões de visitas. Com 10.781.266 acessos subiu ao primeiro lugar do ranking, ultrapassando o melhor registo que se verificou em 2020 com 7,3 milhões.

O número de visitas ao site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt) registou um aumento significativo no mês de outubro, logo após ter sido feita uma atualização do protocolo de segurança digital. A média de 20 mil acessos diários passou para 50 mil a partir do meio desse mês. No total ficaram registados nesse mês mais de 1,3 milhões acessos.

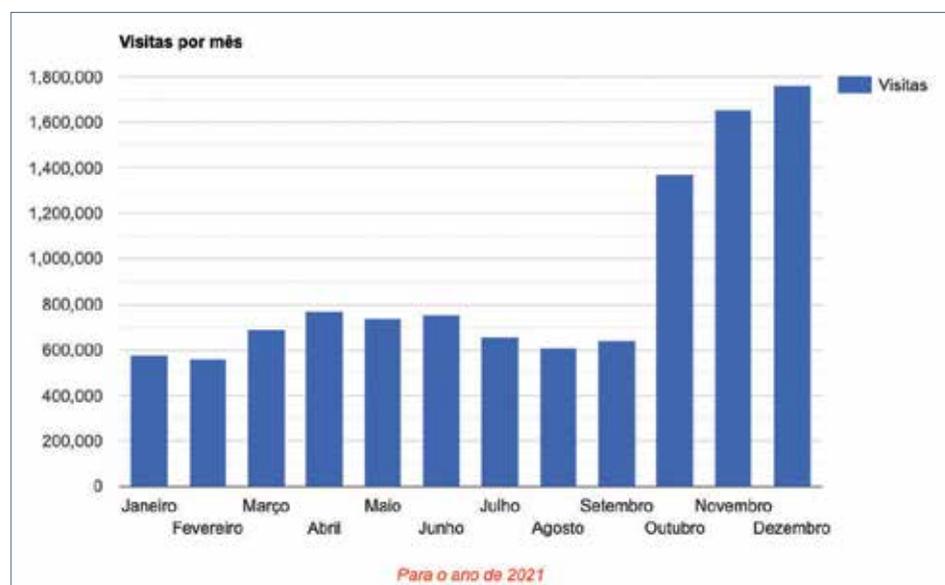
A explicação pode estar relacionada com o facto de se ter reforçado o tipo de segurança, passando a usar o SSL (Secure Sockets Layer) que permite a comunicação criptografada, certificando a proteção de dados, a autenticidade do servidor e dos utilizadores. Agora a extensão do link é <https://www.solidariedade.pt>. Antes desta atualização sempre que alguém acedia aos conteúdos do jornal solidariedade online o endereço incluía a referência “inseguro” o que podia demover a frequência.

Os dois últimos meses do ano de 2021

confirmaram a subida estrutural. Em Novembro os números chegaram a 1.654.161 e em Dezembro bateu o recorde mensal absoluto com 1.762.721 visitas.

Em jeito de curiosidade fica também o recorde diário obtido no dia 23 de outubro com perto de 145 mil visitas e o dia seguinte, com quase 125 mil, cotou-se no segundo lugar. Na terceira posição aparece o dia 23 de novembro com pouco mais de 105 mil acessos. Apenas nestes três se ultrapassou a barreira das 100 mil entradas no site do Solidariedade.

É sempre motivador para a equipa do Jornal Solidariedade constatar o aumento de interesse que desperta a versão online, o que reforça



o empenho e dedicação com que se tem levado a cabo esta missão informativa a propósito do universo social solidário de que é composta a CNIS.

A última grande atualização do site foi feita em 2014, altura a partir da qual a afluência tem vindo, de ano para ano, sempre a aumentar.

educabiz®
A primeira escolha em Portugal.
Mais de 600 instituições já utilizam.

www.educabiz.com

CRECHE

JARDIM DE INFÂNCIA

CATL

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR

ATUALIZAÇÕES INCLUIDAS

SUORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS

ACESSO WEB OU APP PARA ANDROID OU IOS

CONFORMIDADE COM RGPD

REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Valências para a terceira idade?
Experimente a Seniorbiz. A solução ideal para instituições de apoio a idosos. Reduza custos e agilize o trabalho da sua equipa. Aumente a envolvimento com as famílias.
www.seniorbiz.com

Marque já uma apresentação por videoconferência do Seniorbiz ou da Educabiz ligue 222 400 196

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

Utentes são estrelas de cinema no calendário

«Os Óscares da Inclusão 2022»

Mais uma vez, a Fundação AFID Diferença lança o Calendário «Os Óscares da Inclusão» para 2022, onde as estrelas são clientes e colaboradores da instituição.

Para 2022, a Fundação decidiu fazer uma produção diferente e especial, dando a oportunidade a colaboradores e clientes de se tornarem as estrelas do Calendário tornando-se Estrelas de Hollywood por um dia.

Inspirado em algumas das mais intemporais e mais bonitas marcantes produções do cinema, cada mês será representado por um filme, dando, assim, vida aos Óscares da Inclusão.

Para cada mês foi selecionado um filme, escolhido pela sua grandiosidade ou pelo seu significado e entre as escolhas estão obras como «Braveheart», «A Vida é Bela», «Amigos Improváveis», «Titanic» ou «Sozinho em casa».

A Fundação voltou a contar com o fotógrafo André Boto, distinguido internacionalmente diversas vezes pelo seu trabalho.

Depois de dois anos focados na pandemia da Covid-19, a AFID decidiu que o novo calendário



deveria ter um tema mais leve e surpreendente de forma a colorir o novo ano com esperança.

O calendário está disponível na sede da

instituição, no site da Fundação AFID Diferença e ainda no site www.comprasolidaria.pt, em forma de donativo.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DO PORTO

Última recolha de alimentos de 2021 totalizou 380 toneladas

Mais de 380 toneladas de bens alimentares foi quantidade angariada pelo Banco Alimentar (BA) Contra a Fome do Porto na última Campanha de Recolha de Alimentos de 2021.

No top 10 dos produtos angariados destacam-se o arroz (98 toneladas), o leite (85 toneladas) e as massas (84 toneladas). Já as bolachas e as leguminosas em conserva contabilizaram, entre si e de forma equilibrada, 51 toneladas. Açúcar, charcutaria em conserva, conservas, óleo e azeite fecham esta listagem e representam, entre si, mais de 40 toneladas.

Nesta última campanha de 2021, o BA do Porto angariou mais 12 toneladas de bens

alimentares relativamente à última campanha realizada, que foi em 2019.

Para António Cândido da Silva, presidente do BA do Porto, isto é a demonstração do espírito solidário que invade os portugueses.

“Estes números mostram-nos, sem margem para dúvida, que a comunidade está hoje, e mais do que nunca, solidária e preocupada em ajudar o próximo”, sublinha, acrescentando: “Quero, em nome do BA do Porto, agradecer a toda a comunidade que, uma vez mais, respondeu positivamente a este nosso apelo e que, com a sua enorme generosidade, nos permite continuar a ajudar quem mais precisa”.

A iniciativa, que envolveu 310 super e

hipermercados do distrito do Porto, contou, ainda, com o apoio de 3.700 voluntários: 3.000 distribuídos pelas superfícies comerciais e 700 que ficaram responsáveis pela receção, separação e armazenamento dos produtos doados no armazém do BA do Porto, localizado em Perafita, tendo decorrido, presencialmente, nos dias 27 e 28 de novembro e no sítio online do BA até 5 de dezembro de 2021.

Recorde-se que o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto apoia mais de 300 instituições, que prestam ajuda, por sua vez, a mais de 60 mil pessoas referenciadas. A Campanha de Recolha de Alimentos estará de regresso em maio do corrente ano.

MISSÃO CONTINENTE

Milhares de euros de excedentes alimentares doados a centenas de IPSS

A Missão Continente, até setembro de 2021, doou milhares de euros em bens alimentares que no caso de sete distritos bafejou 135 IPSS.

As lojas Continente da região de Bragança doaram 80,5 mil euros em excedentes alimentares a sete instituições do distrito de Bragança.

No caso do distrito de Viseu, as doações chegaram aos 341,6 mil euros distribuído por 19 instituições sociais, ao passo que no distrito de Coimbra a doação foi de 420 mil euros a 31 IPSS.

Já no distrito de Leiria, a Missão Continente doou 455,5 mil euros em excedentes alimentares a 38 instituições e no de Vila Real 183,4 mil euros abrangendo 13 IPSS.

No distrito da Guarda, foram doados 74,6 mil euros por uma dezena de instituições e em Portalegre 103 mil euros por 17 Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O combate ao desperdício alimentar é um dos pilares de atuação da Missão Continente que, desta forma, garante o reaproveitamento de produtos não vendidos e os encaminha para

quem deles possa beneficiar. Todas as lojas Continente do país realizam doações diárias a IPSS e de apoio animal há mais de 27 anos, durante todo o ano.

Os valores apresentados em cima abrangem ainda algumas instituições de apoio animal.

Em 2020, a Missão Continente distribuiu um total de 13,8 milhões de euros em excedentes alimentares a 1.170 instituições espalhadas pelo país (nove milhões de euros foram doados a 819 IPSS e 1,9 milhões de euros a 351 associações de apoio e bem-estar animal).

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Rui Coimbra é o novo presidente e garante continuidade e ambição até 2025

Rui Coimbra é o novo presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), sucedendo a Abílio Cunha, que liderou a organização entre 2014 e 2016, por renúncia da, então, presidente Eulália Calado, e depois entre 2016 e 2021, por eleição dos pares.

O novel presidente da FAPPC pretende dar continuidade ao trabalho feito pela Direção anterior, na qual ocupou a vice-presidência, mas também com “ambição” renovada.

“Queremos consolidar o que de bom e relevante foi feito neste último mandato, mas também temos uma ambição, realista, de avançar para novos patamares”, referiu na tomada de posse que se seguiu ao ato eleitoral, ocorrido no final de novembro, no Centro Dr. José Azeredo Perdigão (da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa).

“Não posso deixar de destacar um nome de uma equipa que acho excelente”, começou por dizer acerca da anterior equipa diretiva, acrescentando: “A experiência e a capacidade de diálogo e de liderança do Abílio Cunha devem nesta ocasião ser realçadas”.

Sobre o futuro, Rui Coimbra sublinhou a total cobertura territorial da nova equipa e o trabalho importante de todos os que trabalham na área da paralisia cerebral.

“Temos uma equipa de dirigentes que representa o país todo, continente e ilhas, com pessoas interessadas, capacitadas e com vontade de continuar o trabalho até hoje desenvolvido. O sucesso do trabalho da FAPPC divide-se por todos. Por aqueles que hoje aqui estão, mas também por todos quantos desde há muitos anos assumiram a defesa dos direitos das pessoas com paralisia cerebral”, destacou Rui Coimbra, realçando: “Hoje o que esta Direção recebe é o resultado do trabalho que todos fizeram. E, por isso, a nossa imensa responsabilidade é continuar o que vem de trás, enriquecendo-o ainda mais”.

O novo presidente da FAPPC considera que a instituição “só será aquilo que as associadas querem que seja” e, nesse sentido, deixou um agradecimento por toda a colaboração e desafiou as 18 associadas a continuarem a encarar a Federação como uma parceira.

“Quero continuar a aprofundar o trabalho de equipa que tem vindo a ser feito nestes últimos anos, a partilhar conhecimento, a criar espaço de debate e a assumir projetos conjuntos”, referiu Rui Coimbra, lembrando que tal desiderato só se alcança “com a colaboração de todos os profissionais e direções que trabalham em cada uma das associadas, dando o seu melhor em prol da paralisia cerebral”.

Quanto a “promessas”, apenas uma: “Se há algo que aprendi com o trabalho muito próximo com o presidente cessante, é que só podemos estar disponíveis para ser parte da solução e nunca parte dos problemas”.

“Até 2025 há vasto mandato para cumprir,



com imensos desafios e tantos outros ainda por descobrir e com os quais nos vamos defrontar”, afirmou.

Abílio Cunha, que participou no encontro por via digital fez um breve balanço dos mais recentes anos da Federação e destacou algumas conquistas alcançadas: “Fizemos muito, sempre em parceria com as associadas. Conseguimos consolidar a imagem e a intervenção da FAPPC junto dos organismos e da sociedade. Agora, com nova equipa de dirigentes, é tempo de continuar com este percurso, sempre realista e centrado na promoção de direitos e na defesa de todas as pessoas com paralisia cerebral, seus familiares e cuidadores”.

Os novos órgãos sociais para o quadriênio 2021-2025 são compostos da seguinte forma:

Conselho Geral

Presidente - Joaquim Teixeira (Associação de Paralisia Cerebral de Faro); vice-presidente - Maria Filomena Araújo (Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo); secretários - Armando Torrinha (Associação de Paralisia

Cerebral de Viseu), Cristina Andrade (Associação de Paralisia Cerebral da Madeira) e Helena Carona (Incluir - Associação para a Inclusão do Cidadão com Necessidades Especiais).

Direção

Presidente - Rui Coimbra (Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa); vice-presidente - Luís Carlos Isidorinho (Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal); tesoureiro - Teresa Mano da Costa (Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel); secretário - Gil Tavares (Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra); vogais - Maria Teresa Godinho (Associação de Paralisia Cerebral de Évora), Ana Cristina Sousa (Associação de Paralisia Cerebral de Viseu) e Fábio Guedes (Associação do Porto de Paralisia Cerebral).

Conselho Fiscal

Presidente - Fernando Oliveira (Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra); vogais - Paulo Jorge Teixeira (Associação de Paralisia Cerebral de Faro) e José Joaquim Alvarelhão (Associação do Porto de Paralisia Cerebral).

PERFIL

Carreira de sucesso na área informática

Rui Coimbra, também ele com paralisia cerebral, nasceu em Vouzela e finalizou a Licenciatura em Informática na Faculdade de Ciências de Lisboa. Trabalhou no LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e depois no INE (Instituto Nacional de Estatística). Em 2000 passou para o sector privado e em 2007 integrou a multinacional IBM Portugal, onde desempenhou funções de consultor em empresas nas áreas das telecomunicações, banca e serviços financeiros.

Ligado às áreas da inovação, é coautor de uma ferramenta de informática usada a nível global. Está também ligado à criação de um

Sistema de Voto Acessível (Accessible Vote), para permitir que qualquer cidadão, com algum tipo de deficiência e/ou condicionante, possa exercer o seu direito de voto de forma autónoma e secreta. Desde outubro de 2019 que está na Softinsa (do grupo IBM) a desempenhar funções de Arquiteto de Soluções IT.

Gosta de referir todo o apoio recebido da “retaguarda familiar”, considerando-se “um cidadão atento, que luta por direitos sem nunca esquecer os deveres”, para que Portugal não seja apenas, como escreveu Ruy Belo, “o que o mar não quer”.

CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA TERCEIRENSE, ANGRA DO HEROÍSMO

Trabalho da COT com os sem-abrigo torna a sociedade angrense mais tranquila

Instituição centenária, a Confederação Operária Terceirense, para além da área da educação, tem um vasto trabalho de ação social junto das pessoas em situação de sem-abrigo. Um trabalho que tem dado frutos e granjeia à instituição o reconhecimento generalizado pelo bom trabalho desenvolvido. Criar respostas que apoiem aquelas pessoas desde a vida na rua até à inclusão plena na sociedade é a ambição dos responsáveis pela COT, mas que esbarra em pormenores e... falta de dinheiro.

Começou por se chamar Cooperativa Artista Terceirense e foi fundada pelas classes operárias a 3 de agosto de 1918, em Angra do Heroísmo, nos Açores, cuja génese está na cotização que faziam entre si as classes dos alfaiates e a dos sapateiros da ilha Terceira.

Inicialmente, a ainda cooperativa dava um Subsídio de Doença e Funeral, mas, em 1933, modificou os seus estatutos e passou a conceder Subsídio de Inabilidade, para em 1946 proporcionar Reforma e Assistência Geral.

“A instituição sobrevive assim no tempo e faz sentido, porque ninguém dava as respostas que ela dava naquele momento, pois ainda estamos na ausência de um Estado Social”, lembra Nelson Lourenço, presidente da Confederação Operária Terceirense (COT).

Porém, tudo mudou com o advento da democracia e do Estado Social.

“Se quando apareceu o Estado Social, há coisa de 40 anos, o Estado chama a si a responsabilidade de dar essas respostas sociais, as instituições, como a nossa, teriam deixado de existir. Houve algumas instituições aqui nos Açores que sofreram desse mal e não souberam dar a volta, como as Casas do Povo”, começa por dizer, explicando o que fez a COT: “Quando o Estado Social aparece, este tem necessidade de por de pé um conjunto de valências para oferecer à população, e a Confederação concorreu. Há uma adaptação, mas também uma larga experiência no campo social. E então começam a aparecer as valências, sendo a primeira um colégio, que tem a função de manter erguida a instituição, o seu património e história”.

Nelson Lourenço não tem dúvida de que “este é o grande momento em que a Confederação tem de se adaptar para poder sobreviver. A partir daí, há vários momentos decisivos nestes últimos 30, 40 anos, com a abertura de respostas à sociedade”.

Desde a reformulação da atividade, a COT apostou nas áreas da Educação e da Ação Social.

Assim, ao Colégio «O Golfinho» (35 crianças em creche, 50 em pré-escolar e 60 em CATL), a instituição açoriana junta uma diversidade de respostas a pessoas em situação de sem-abrigo, mas também vítimas de violência. Muitas das valências criadas foram sugeridas, outras nasceram da iniciativa da própria Confederação.



“A COT, como instituição, tem um potencial muito grande e uma história que já lhe permite ter argumentos que validam considerarem-nos a equipa certa para fazer determinado trabalho e, por isso, é muitas vezes convidada, chamada a assumir algumas dessas missões. Outras são por iniciativa nossa. É o caso, por exemplo, da criação da casa para vítimas de violência doméstica. Quando nos dão nota da necessidade de haver uma casa abrigo deste género, percebemos logo que era preciso criar uma. Outro exemplo, a casa abrigo para os sem-abrigo foi um convite que nos fizeram, mas o apartamento de autonomização foi uma iniciativa nossa. E já apresentámos um projeto, que nunca andou para a frente, para uma coisa que deveria existir antes de os abrigarmos, para além de que apartamento de autonomização não tem qualquer apoio governamental ao seu funcionamento”.

Com as certezas que a volatilidade da vida das pessoas em situação de sem-abrigo permite, a COT acolhe no abrigo Novo Rumo 27 utentes, quatro repatriados na Casa de Emergência, 27 na casa abrigo Renascer (para vítimas de violência) e ainda dois no apartamento de autonomização Rumo Certo.

“Para o funcionamento da Casa de Emergência,

a Confederação tem um protocolo com as Comunidades Portuguesas e o Governo Regional no sentido de os albergar, caso não haja uma resposta familiar ou outra”, refere o presidente da COT, justificando a criação do apartamento de autonomização a expensas próprias: “Sentimos a necessidade de ter uma resposta a seguir ao abrigo e que ainda não fosse deixar voar completamente. É um apartamento com três quartos. Quando sentimos que eles têm alguma capacidade de gestão da sua vida, mas ainda precisam de algum olhar atento da nossa parte, passamo-los para esse apartamento de autonomização. Normalmente, eles saem do abrigo quando têm trabalho, mas muitas vezes têm dívidas para pagar e nós ajudamos, por exemplo, na alimentação. Para além do apoio psicológico e outros”.

Por outro lado, a instituição tem uma Equipa de Apoio a Grupos de Risco, uma equipa de rua, que sabe “quem são, onde estão e do que precisam” as pessoas em situação de sem-abrigo na cidade de Angra do Heroísmo que não querem o abrigo, permanecendo, por vontade própria, na rua. A isto, junta-se ainda um gabinete de apoio ao RSI, com o acompanhamento de cerca de 400 famílias.

Com um vasto leque de respostas sociais atípicas, cujos utentes não pagam mensalidade pode



levantar problemas financeiros às instituições. No caso da COT, Nélson Lourenço considera que, apesar de ser uma instituição com uma dimensão considerável, a gestão permite equilibrar as valências.

“Não devemos nada a ninguém, temos as contas em dia, pagamos a 30 ou a 60 dias, conforme as situações, temos dificuldades nos meses de junho e de novembro para pagar subsídios, fazemos uma ginástica financeira muito grande... Posto isto, o que dizer? Acho que não estamos mal, mas não dá é para voar”, lamenta, deixando um alerta: “Sempre que tenho oportunidade digo que, neste momento, fazemos o trabalho que nos é pedido, com o dinheiro que nos dão, mas fazemos ainda mais do que isso. Mas se um dia deixarmos de fazer o que estamos a fazer, vão dizer-nos que não estamos a cumprir! Estamos bem financeiramente, mas não podemos fazer, rigorosamente, mais nada. Podia fazer muito mais, se tivesse dinheiro. Há muito potencial de desenvolvimento. Por exemplo, tentámos criar um centro de formação específico para indivíduos sem-abrigo, em áreas muito concretas, e não tivemos pernas para andar, por pormenores”.

Nélson Lourenço sublinha que a COT “tem projetos, mas não pode avançar”, destacando o desejo de criar uma escola profissional.

“A Confederação tem projetos em mente, mas não tem projetos em marcha por falta de condições financeiras. Aliás, uma instituição como esta tem que ter sempre projetos, senão morre!”, ressalva.

Tal como por todo o lado, a Covid-19 também chegou aos Açores e condicionou a vida das instituições. Ainda assim, na COT estes dois anos de pandemia tem passado tranquilamente.

“A pandemia trouxe-nos aquelas preocupações todas que causou a toda a gente, mas passou por nós de forma tranquila e o segredo foi a gestão do pessoal”, defende Nélson Lourenço, considerando que “a instituição é uma boa fotografia social do que tem sido o impacto da pandemia nos Açores”.

“A pandemia tem um impacto negativo porque implica a reestruturação dos serviços de forma a garantir a segurança e a dita fuga ao malefício da pandemia, mas tem também benefícios, porque, em termos de encargos, há muitos que caem por

terra. Eu devo ser o único a dizer isto!”, sustenta, justificando: “Há determinadas valências que o seu cariz social não é lucrativo, mas a função da instituição é a de gerir o seu funcionamento, se essa valência lhe é retirada, deixa de haver esse custo. Depois, também não meti a instituição em equipas de espelho, nem contratei pessoas para substituir os funcionários. A instituição tem 70 funcionários, uma equipa na generalidade de excelência. Houve funcionários que se disponibilizaram a fazer escalas dobradas para não entrarem outros indivíduos naquele espaço, por certo inexperientes e desconhecedores do contexto da casa abrigo Novo Rumo”.

Com uma história de quase 104 anos, a Confederação Operária Terceirense, apesar de ter deixado cair os serviços que uma mutualista presta, nunca se divorciou dos seus valores.

Por isso, “o que ainda subsiste da mutualista, são os princípios”, defende Nélson Lourenço, explicando: “Todas as respostas tradicionais de

uma mutualista deixaram de fazer sentido. O que tem da origem são os princípios e os valores, como o da liberdade, do trabalho e da justiça, que era o que os operários queriam. E a esses valores, que não renegamos, juntámos o valor da solidariedade e a questão da humanização”.

E como seria Angra do Heroísmo sem a COT?

“Não seria a mesma. Sem a COT ou sem alguém que fizesse o que a COT faz, seria uma Angra com mais desigualdade à vista desarmada, muito mais! As áreas que nós tocamos são áreas que tornam a sociedade angrense mais tranquila. Por exemplo, qualquer indivíduo que encontre um sem-abrigo consegue falar connosco com facilidade e ver esse problema resolvido no prazo de 24 horas. Angra é uma cidade pequena, o que ajuda neste trabalho. Assim, penso que Angra seria pior sem a COT”, argumenta o presidente da instituição.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



DECRETO-LEI SIMPLIFICA MEDIDAS ANTI-COVID

Mais fácil obter declaração de isolamento profilático

O decreto-lei que altera e simplifica medidas no âmbito da pandemia de covid-19, incluindo a redução para sete dias dos períodos de isolamento de pessoas assintomáticas ou com doença ligeira, foi publicado a 7 de janeiro em Diário da República.

“De modo a agilizar os procedimentos aplicáveis nas referidas situações, torna-se necessário proceder à substituição da declaração provisória de isolamento profilático, até agora emitida somente na sequência de contacto com o Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (SNS24), por uma declaração provisória de isolamento, que possa ser emitida por recurso a mecanismos automatizados e seja aplicável tanto a situações de isolamento profilático como a situações de isolamento, independentemente de contacto com o SNS24”, lê-se no decreto-lei.

“A referida declaração passa a ter uma duração máxima de sete dias, em linha com o definido pela DGS, sendo garantidos aos respetivos titulares, no período de validade da declaração, todos os direitos aplicáveis em matéria laboral, nomeadamente justificação

de ausência ao trabalho, quando aplicável, e atribuição do correspondente subsídio de doença”, estipula o diploma.

A Direção-Geral da Saúde (DGS) determinou a redução para sete dias dos períodos de isolamento e isolamento profilático nos casos de pessoas infetadas, mas assintomáticas ou com doença ligeira, e de pessoas que constituem contactos de alto risco.

O decreto-lei especifica que “na sequência do contacto com o SNS 24 ou através do recurso a mecanismos automatizados, é emitida aos trabalhadores por conta de outrem, bem como aos trabalhadores independentes do regime geral de segurança social, uma declaração provisória de isolamento sempre que se verifique uma situação de risco suscetível de determinar o processo de avaliação e declaração do isolamento profilático”.

“A declaração provisória de isolamento vale como declaração comprovativa da existência de uma situação de risco para a saúde pública para fundamentar a ausência do local de trabalho, a ser enviada, por via eletrónica, à segurança social”, adianta.



Segundo o decreto-lei, “a declaração provisória de isolamento é válida por um período máximo de sete dias, podendo ser cessada previamente com a emissão de certificado de incapacidade temporária para o trabalho, alta do utente ou contacto das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde”.

O decreto-lei está em vigor desde 8 de janeiro.

MAIS E MELHORES
ANÁLISES DE GESTÃO

INOVAÇÃO E
MOBILIDADE

INSTITUIÇÕES MAIS
EFICIENTES E PRÓXIMAS
DOS SEUS UTENTES



CONHEÇA AS MAIS
RECENTES SOLUÇÕES
100% WEB

SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS
ESPECÍFICAS PARA A
ECONOMIA SOCIAL E
UNIDADES DE SAÚDE

LINHA DE SOFTWARE
TOTALMENTE INTEGRADA

PACTO DE COOPERAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE SOCIAL

Estado assume finalmente partilha equitativa dos custos

Estado e Sector Social Solidário assinaram, 25 anos depois, um novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, sendo a grande novidade o compromisso de “partilha equitativa dos encargos” com as respostas sociais, assumindo o Governo que haja uma progressiva atualização das comparticipações até se alcançar os 50% para cada uma das partes. Esta é mesmo, para o presidente da CNIS, “a matéria mais relevante do novo pacto”. Na cerimónia do Palácio Foz, em Lisboa, foi ainda assinada uma Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário, que assegura a transferência de 3,3 milhões de euros/mês para as IPSS enquanto não houver Orçamento de Estado, para atenuar os efeitos do aumento do salário mínimo. Por fim, as organizações do Terceiro Sector, homenagearam o antigo ministro Vieira da Silva, entre outras razões, por não ter deixado “nunca enterrar o Pacto e dando-lhe plena expressão”.



Onde no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 1996, se lia, na alínea b) do n.º 3 da Cláusula VII, que o apoio do Estado se destina a “comparticipar o custo das respostas sociais prestadas aos utentes, no âmbito dos acordos de cooperação”, agora, no renovado documento, assinado 25 anos e quatro dias depois, lê-se: “Assegurar, de forma progressiva e anual, o reforço do valor das comparticipações da segurança social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos

médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado”.

Com um horizonte de 10 anos, o novo pacto caracteriza-se por “uma previsibilidade” em matéria de esforço de partilha ao nível dos encargos financeiros do trabalho feito em comum.

“Progressivamente, anualmente, iremos convergir para uma partilha equitativa dos encargos entre o Estado e as instituições, tendo em vista atingir 50% para cada uma das partes. É uma caminhada que iniciamos, que iremos prosseguir e que,

seguramente, nos levará a bom porto”, sublinhou o primeiro-ministro António Costa, na cerimónia de assinatura, que decorreu no passado dia 23 de dezembro, no Palácio Foz, em Lisboa.

Para o padre Lino Maia, presidente da CNIS, pela qual firmou o compromisso, esta “é mesmo a matéria mais relevante do novo pacto”, pois a situação atual tem criado inúmeras e graves dificuldades às instituições.

“Deve relevar-se como um passo muito significativo o compromisso constante do Pacto de

HOMENAGEM

Sector Social Solidário agradece a António Vieira da Silva

Aproveitando a cerimónia em que “documentos estruturantes para o Sector Social Solidário” acabavam de ser subscritos, as Organizações Representativas do Sector Social Solidário (ORSSS) prestaram homenagem a António Vieira da Silva, que, durante dois mandatos ocupou as funções de ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

“Todos nós queremos que este seja também um momento de memória e de gratidão”, começou por dizer o presidente da CNIS, lembrando que, desde a assinatura do primeiro pacto, em 1996, Portugal teve seis primeiros-ministros e oito ministros da Segurança Social.

“A todos queremos expressar um sincero obrigado, porque o Sector Social Solidário afirmou-se, consolidou-se e, hoje, é um importante pilar do Estado Social. As respostas sociais triplicaram, muitas pessoas aqui encontraram perspetivas de um devir melhor e condições para uma existência mais feliz. O País está melhor e, no contexto europeu Portugal, pode orgulhar-se de ter um sector que, pelo exercício da cidadania, da caridade e da solidariedade, é absolutamente exemplar e orgulha-se de uma cooperação com a sociedade exemplar e sem similar”, sublinhou o padre Lino Maia.

E se a todos os primeiros-ministros e ministros da Segurança Social as ORSSS estão gratas, há protagonistas, pelas conjunturas difíceis em que estiveram em funções merecem destaque: “Não podemos ignorar quanto em dois períodos particularmente difíceis destes 25 anos o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e o respetivo ministro Pedro Mota Soares, no tempo da troika, e o primeiro-ministro António Costa, e a respetiva ministra Ana Mendes Godinho, neste período da Pandemia, quiseram e souberam apoiar intransigentemente e estar com o Sector Social Solidário. E não podemos esquecer os milhares de dirigentes, os muitos milhares de trabalhadores e os milhares de instituições que fazem do serviço aos outros norma da sua existência e impulsionador constituinte da sua felicidade”.

Mas, o alvo da homenagem estava na plateia e era António Vieira da Silva. E porquê?

“Primeiramente, numa legislatura, serviu como secretário de Estado e grande inspirador do primeiro Pacto. Depois, em duas legislaturas, como ministro da área, não deixando nunca enterrar o Pacto e dando-lhe plena expressão, nunca embarcando em opções estéreis de desviantes estatização dos serviços, sempre fiel ao rumo que o País tinha adotado, de ter a sociedade ágil e atuante na cooperação com o Estado para melhor servir os portugueses”, explicou o líder da CNIS, frisando: “A ele muito devemos e muito lhe agradecemos”.

Para as ORSSS, a ação de Vieira da Silva no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social foi fundamental para a consolidação e melhoria do serviço prestado pelas IPSS.

“Quando hoje falamos de bons serviços e de Sector Social Solidário como pilar do Estado Social, de capilaridade, da validade e consistência da cooperação, da opção preferencial pelos mais carenciados, de proximidade, de solidariedade e de subsidiariedade, estamos certamente a pensar, também e muito, no senhor dr. José António Fonseca Vieira da Silva, que, já não exercendo funções ministeriais é, todavia, para a União das Mutualidades, para a União das Misericórdias, para a Confecoop, para a CNIS e para o País, uma referência muito grata e inultrapassável”.

Uma pintura e um livro, que reúne algumas fotografias de Vieira da Silva nas Festas da Solidariedade e em entrevistas ao jornal Solidariedade, foram as lembranças oferecidas ao ex-governante, como sinal de gratidão e reconhecimento.



Cooperação, no sentido de o Estado e as instituições deverem repartir de forma equitativa os encargos com as respostas sociais em que existem comparticipações familiares, tendo o Senhor Primeiro Ministro, na cerimónia da assinatura da revisão do mesmo Pacto, referido que essa repartição equitativa se traduziria na cobertura gradual pelo Estado de 50% desses custos – sem prejuízo, como é bom de ver, das respostas sociais em que não haja comparticipações dos utentes, ou estas sejam meramente simbólicas, em que a comparticipação pública será a adequada a cada situação”, escreve, nesta edição, o padre Lino Maia, no Editorial [ver página 3], deixando clara a posição da CNIS.

Esta era uma reivindicação antiga do Sector Social Solidário, que até agora enfrentava o obstáculo adicional de o pacto não plasmar essa partilha equitativa dos encargos e, a realidade tem mostrado que apesar de alguma recuperação nos últimos anos, a comparticipação do Estado, em diversas respostas sociais, está muito abaixo do mínimo exigível, que são os 50%.

Também a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social destacou o passo em frente dado com o novo pacto, no sentido de “forma progressiva, haver um aumento da comparticipação para que seja equitativa entre o Estado e as instituições”.

Ana Mendes Godinho lembrou ainda as “500 mil pessoas abrangidas pela cooperação”, a qual emprega 200 mil trabalhadores, afirmando a convicção do Estado na “necessidade de valorização e capacitação dos trabalhadores das instituições” e também na aposta “na melhoria da qualidade e eficácia das respostas sociais”.

Na presença de Ferro Rodrigues, há 25 anos ministro da Solidariedade e Segurança Social, e de José Vieira da Silva, ministro que teve a pasta por duas ocasiões, entre outras personalidades, António Costa, após saudar o ainda presidente da Assembleia da República, começou por dizer que o próprio António Guterres enviara “um abraço fraterno” a todos os presentes, dizendo recordar com “especial emoção o momento” em que o seu Governo assinou, em 1996, o primeiro Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

“Estamos aqui a renovar os votos que há 25 anos celebrámos e dizer que queremos prosseguir juntos por mais 10 anos o caminho que se iniciou em 1996. E vamos mais longe:



queremos seguir juntos para responder a um conjunto de novas respostas sociais, desde logo ao nível da rede de creches para apoio à infância ou no objetivo de assegurar um envelhecimento ativo e saudável”, sustentou o primeiro-ministro, destacando a vertente da “proximidade e da descentralização”, defendendo a tese de que este tipo de ação será melhor exercida “quanto mais próxima estiver das pessoas e quanto melhor estiver acompanhada”.

Para o líder do Executivo, o “compromisso reafirma a nossa parceria estratégica entre Estado, autarquias e instituições do Sector Social Solidário, mas também demonstra a nossa vontade de fazermos mais e em mais áreas do que fizemos anteriormente”.

Por seu turno, a ministra Ana Mendes Godinho apelidou a assinatura do novo pacto de “momento histórico”, pois trata-se de “renovar o contrato social entre o Estado e o Sector Social Solidário, 25 anos depois de ter sido assinado”, procurando responder aos novos desafios de respostas sociais, seja nos desafios demográficos seja no combate às desigualdades.

Pelo Terceiro Sector, Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas, enfatizou a importância do documento para o País e para os portugueses.

“Acabámos de assinar um conjunto de documentos que reforçam de forma objetiva a presença do Sector Social e da sua família solidária na sociedade portuguesa. É um ato político da

maior importância que é mister salientar, nomeadamente, num momento em que ainda estamos sob o cutelo da pandemia, onde o sector se revelou, mais uma vez, decisivo, para cuidar de pessoas e salvar vidas. Sempre em estreita cooperação com o Estado, como aliás resulta da nossa identidade e natureza”, referiu, acrescentando: “Faz, pois, todo o sentido que nos congratulemos com este momento, e certamente que todos desejamos que ele represente mais um passo num percurso de combate à pobreza, de inclusão e coesão social”.

Manuel Lemos sublinhou “a modernidade deste documento, o seu lado inovatório, mas sobretudo a clareza que introduz no processo, quer em termos da previsibilidade que já referi, mas também do compromisso das partes que é vasto e, “last but not the least”, da partilha das responsabilidades”.

Por seu turno, a ministra da Solidariedade, que participou na sessão por videoconferência por estar em isolamento profilático devido a um contacto de risco, lembrou que a pandemia de Covid-19 mostrou a importância do modelo de cooperação entre o Estado e o terceiro Sector.

“Com a renovação do contrato social o que está a ser feito é reforçar os modelos de cooperação, mas também reinventá-los na resposta às novas gerações de políticas sociais, associada à nova geração de equipamentos sociais, para respostas de mais qualidade e mais adaptadas”, referiu, destacando do documento, por um lado, o compromisso

de alargamento da rede de creches e, por outro, as respostas novas ao envelhecimento: “O novo pacto procura novos modelos para que haja respostas integradas e desenhadas à medida”.

Na dimensão do desafio demográfico, “um compromisso também do alargamento da rede de creches, como um pilar fundamental para conseguirmos que todas as crianças tenham acesso a creche”, um “instrumento de inclusão desde o início da vida das crianças” e, por outro lado, novas soluções e respostas ao envelhecimento, “promovendo cada vez mais a autonomização e a independência das pessoas, mas com medidas de acompanhamento para combater o isolamento, nomeadamente com recurso a novas tecnologias”, explicou Ana Mendes Godinho.

Na cerimónia estiveram ainda, pelo Governo, a ministra da Saúde, Marta Temido, o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues (que rubricaram a Adenda), a ministra da Administração Pública, Alexandra Leitão e a secretária de Estado da Ação Social, Rita Cunha Mendes, enquanto, pelo Sector Social Solidário, estiveram ainda Luís Alberto Silva (União das Mutualidades Portuguesas) e Joaquim Pequicho (Confecoop). Também firmaram o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social Luísa Salgueiro, pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, e Jorge Veloso, pela ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO 2021-2022

Adenda garante transferência de 3,3 milhões/mês de euros até haver OE

Na mesma cerimónia de assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, no Palácio Foz, foi firmada uma Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário, que garante uma transferência mensal do Estado para as IPSS de 3,3 milhões de euros até ser aprovado um novo Orçamento de Estado (OE).

Com o chumbo do OE 2022 e com a dissolução da Assembleia da República, que leva o país para Eleições Legislativas dia 30 de janeiro, “o Governo, reconhecendo a excecionalidade da situação atual, bem como a necessidade de apoiar as instituições do sector social e solidário no contexto dos custos com a situação pandémica e com o aumento do salário mínimo nacional, tendo em conta que a atualização dos acordos de cooperação em 2022 só poderá ser concretizada após a aprovação do Orçamento de Estado, entende criar um apoio mensal de carácter extraordinário, a aplicar no ano de 2022 até à atualização referida”, pode ler-se na introdução da Adenda.

Assim, já a partir do corrente mês de janeiro, haverá um pagamento adicional por parte da Segurança Social de 3,3 milhões de euros por mês, para apoio às IPSS em função do aumento do salário mínimo e para que haja capacidade de liquidez das instituições para a valorização dos trabalhadores.

“Pela presente adenda, no âmbito da atualização da comparticipação financeira da segurança social, e para fazer face aos encargos decorrentes do funcionamento das respostas sociais, considerando designadamente o aumento dos rendimentos dos seus trabalhadores, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), através do Instituto da Segurança Social, IP,



procede, ao pagamento de um montante mensal adicional de 3,3 milhões de euros, em 2022”, lê-se na Cláusula I, para logo de seguida, na Cláusula II, estar plasmada a forma de regularização da conta-corrente, logo que houver Orçamento de Estado: “O valor do reforço financeiro atribuído nos termos da cláusula anterior será deduzido na atualização da comparticipação financeira da segurança social relativa ao ano de 2022 e a constar da respetiva Adenda ao Compromisso de Cooperação para o ano de 2021-2022”.

Pelo Governo assinaram o documento a ministra da Saúde, Marta Temido, e o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, faltando a chancela de Ana Mendes Godinho, pelo MTSSS, uma vez que se encontrava em isolamento profilático devido a um contacto de risco com uma pessoa infetada com Covid-19. Pelo Sector Social Solidário, a Adenda foi assinada pelo padre Lino Maia (CNIS), Manuel Lemos (União das Misericórdias), Luís Alberto Silva (União das Mutualidades) e Joaquim Pequicho (Confecoop).

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A revisão do Pacto para a Solidariedade

Nos últimos dias do ano transato os Presidentes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (AMNP), da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), da União das Mutualidades Portuguesas e da CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa) assinaram com o Governo um documento que concretiza uma profunda revisão do Pacto de Solidariedade que estava em vigor desde 1996.

Nesta revisão do Pacto para Solidariedade são assumidos compromissos que constituirão a matriz fundamental do relacionamento entre o Governo, Autarquias Locais e todo o setor da economia social numa área de capital importância para o País, a começar pelo reconhecimento de todas as partes do importante papel que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm vindo a desempenhar na resolução de problemas concretos de natureza social, através de uma rede capilar espalhada pelo País de milhares de equipamentos e de diversos tipos de respostas.

Para se ter uma ideia da importância das IPSS no nosso País basta atentar que estas empregam mais de 200 mil trabalhadores e, nos pactos de cooperação outorgados com o Governo, estão abrangidos cerca de 500 mil utentes, cobrindo um vasto leque de necessidades sociais que vão desde creches, acolhimento de crianças e jovens em risco, atendimento a pessoas com deficiência, prestação de cuidados de longo prazo, até o assegurar de condições de saúde e bem-estar a pessoas idosas e dependentes, seja em lares, apoio domiciliário e em unidades de cuidados continuados. Acresce que hoje já se pode concluir que o papel desempenhado por estas instituições no combate à pandemia, que infelizmente continua presente entre nós, foi de uma importância crucial. Os dados comparativos com instituições congéneres noutros países, nomeadamente da Europa desenvolvida, mostram que as IPSS portuguesas apresentam os melhores resultados na forma como souberam lidar com tal calamidade.

No Pacto revisto é contemplado um tema fundamental para a estabilidade financeira das IPSS, pois ficou consagrado o princípio de que o Estado irá financiar equitativamente os custos reais que as instituições suportam com as respostas sociais, em que existam comparticipações familiares. Na cerimónia da assinatura, o Primeiro-Ministro esclareceu que essa repartição equitativa se cifraria em 50%. A confirmar-se, trata-se de uma excelente notícia para todas as IPSS, dado que o Estado

tem participado, nos últimos anos, em média à volta de 35% dos custos reais suportados por aquelas instituições, no que se refere aos idosos internados em lares, e em 25% no caso dos idosos que frequentam centros de dia.

O documento também consagra a revisão do estatuto remuneratório dos trabalhadores das instituições.

Portugal tem uma tradição notável no que respeita ao desenvolvimento de diversas formas de voluntariado livre em torno de apoio aos mais desfavorecidos sendo que nalguns casos, como acontece com várias Santas Casas de Misericórdia, desenvolvem as suas atividades há mais de 500 anos. Excetuando um curto período revolucionário, a seguir ao 25 de abril de 1974, em que o poder político tentou monopolizar no Estado toda essa atividade baseada no voluntariado livre, sempre foram as comunidades locais que assumiram nas suas mãos a criação e desenvolvimento das IPSS. O texto da revisão do Pacto agora assinado confirma este tipo de orientação e afasta algumas tentativas que, aqui e acolá, tentam impor uma orientação distinta confundindo aquilo que deve ser tratado como uma relação de parceria e não como uma relação de tutela.

Uma relação de parceria impõe uma cultura de compromisso entre as partes que deve ser o mais clara possível. Nesse sentido, e nesta revisão, ainda ficam alguns aspetos para ser abordados em próximo futuro, como são os casos da repartição das receitas dos jogos sociais geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a determinação da taxa do IVA em empreitadas geridas pelas IPSS, porque não há razão nenhuma que justifique que o tratamento dado a estas instituições não deva ser idêntico ao que já está consagrado às autarquias locais e às cooperativas.

Se é certo que no Pacto para a Solidariedade agora revisto o entendimento das partes subscritoras vai no sentido da autonomia das IPSS, que são livres de optar pelo tipo de organização interna que entenderem como a mais adequada às finalidades que perseguem e que o Estado não pode constituir obstáculo nem limitação quanto ao modo de funcionamento das instituições, todavia há ainda alguns vestígios que se verificam em procedimentos e atitudes por parte de alguns serviços e agentes públicos que, no seu relacionamento com as instituições, assumem uma postura de natureza tutelar que é manifestamente inconstitucional. O artigo 46º da Constituição da República estabelece que “As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial”.

Ora, se a Constituição da República afasta completamente a interferência das autoridades públicas na vida interna das IPSS, a consequência a tirar é que não podem ser toleradas práticas associadas a uma pretensa relação tutelar do poder público sobre estas instituições. Ao poder público cabe a responsabilidade de formular um juízo sobre as vantagens que resultam para a sociedade no seu todo do estabelecimento de parcerias com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e, em caso afirmativo, negociar com essas entidades as fórmulas adequadas de relacionamento entre as partes.

Da leitura e do texto da revisão do Pacto de Solidariedade agora assinado concluo que, no geral vai no bom sentido e, por isso, não posso deixar de apresentar os meus parabéns a todas as entidades outorgantes.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social

1 - Foi assinada, em 23 de Dezembro, a revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, entre o Governo e as Organizações Representativas do Sector Solidário (entre as quais a CNIS), em cerimónia a que a presente edição do “Solidariedade” dá o justo relevo.

Trata-se de um acontecimento do maior relevo para as políticas de cooperação nos próximos anos: 10 anos, pelo menos.

Estabelece, nessa medida, um quadro de estabilidade e previsibilidade, que é do que mais temos precisão.

Por outro lado, trata-se de uma revisão; isto é, trata-se de manter e reiterar o Pacto inicial, como corpo de princípios, convertido num instrumento vinculativo virtuoso - embora adaptando-o aos dias de hoje, 25 anos passados sobre esse texto fundador.

Temos a consciência tranquila: ao longo destes 25 anos, cumprimos sempre a nossa parte e as nossas obrigações, constantes do Pacto de 1996; mas nem todos os outorgantes podem, em boa verdade, dizer o mesmo.

Por razões compreensíveis, é certo, na maior parte das situações, designadamente por estrangimentos orçamentais.

Mas também, em outros casos, por efectiva vontade de incumprimento, principalmente no que concerne ao (des)respeito pela autonomia das Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelas suas competências originárias, consignadas na Constituição da República.

O texto do Pacto de Cooperação desdobra-se em duas partes formalmente distintas, mas que mutuamente se imbricam: um texto introdutório, onde se enunciam a motivação e os princípios que iluminam o Pacto; e o Pacto propriamente dito, traduzido nas vinculações compromissórias assumidas pelas partes contratantes: o Governo, por um lado; as associações representativas das autarquias locais, por outro; e também as organizações representativas das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Da parte final deste texto preambular, salientando duas referências que me parecem mais estruturantes: em primeiro lugar, a enunciação do princípio da salvaguarda da intervenção das IPSS no domínio do exercício das competências recentemente transferidas para os Municípios, mediante o reconhecimento explícito do papel que as Instituições têm tido no reforço da protecção social de proximidade nas respostas sociais cobertas pelo âmbito das referidas transferências.

Como refere o Pacto de Cooperação, “no plano da cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, no contexto da transferência de competências em curso para as autarquias locais, nos domínios da Acção Social, da Saúde, da Educação, da Cultura e do Património, do Planeamento, da Habitação, da Justiça, salvaguardando o princípio da autonomia do poder local, é importante considerar a participação das referidas Instituições nas áreas abrangidas pelo processo

de descentralização, para que de tal processo não possa decorrer o risco de um enfraquecimento da parceria público-solidária e da protecção social actualmente garantida.

Tal processo de descentralização constitui um dos pressupostos do presente Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.”

“Outra fonte de inspiração - prossegue o texto, e é o segundo aspecto - reside nas valorações constantes da Lei de Bases da Economia Social, no sentido da afirmação autónoma da economia social, por referência ao quadro constitucional, marcando a sua diferenciação de forma muito nítida relativamente ao Sector Público, mas evidenciando com igual pertinência a sua distinção relativamente ao Sector Privado, privilegiando as instituições da economia social, designadamente as que integram o Sector Social e Solidário, como entidades parceiras do Estado para a prossecução colaborativa das políticas públicas em sede de protecção ou acção social.”

2 - É sempre necessário recordar o princípio da autonomia das instituições, constante da lei e do Pacto, mas tantas vezes esquecido na prática quotidiana, na relação entre os organismos públicos e as Instituições.

O Pacto de Cooperação não se esqueceu de o reiterar.

Como se refere na Cláusula III, nº 2: “O princípio da autonomia assenta no respeito pela identidade das Instituições e na aceitação de que, salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável, aquelas exercem as suas actividades por direito próprio e originário, inspiradas no respetivo quadro axiológico.”

Tal princípio decorre, aliás, em filiação directa, do texto constitucional, que estabelece, no seu artº 46º, 2, que “As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.”

O mesmo ressalta da Lei de Bases da Economia Social, que, no seu artº 5º, relativo aos princípios orientadores, estabelece, na alínea f), “A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social”.

Mas não se trata apenas de o Pacto reiterar o princípio da autonomia; trata-se também de enunciar um guião para a afirmação correspondente da identidade do Sector, especialmente no âmbito mais alargado da Economia Social: “marcando a sua diferenciação de forma muito nítida relativamente ao Sector Público, mas evidenciando com igual pertinência a sua distinção relativamente ao Sector Privado”, para citar de novo o texto do Pacto de Cooperação.

3 - A pandemia que ainda nos ensombra os dias teve, entre outros, o efeito de demonstrar a capacidade, a competência e a vocação das



Instituições de solidariedade social na prevenção e no combate eficiente ao vírus.

Acabou por trazer para o espaço público o trabalho continuado e diário das Instituições, quase sempre invisível, ou pelo menos discreto, na prestação de cuidados a quem deles mais necessita.

A importância desse papel foi e continua a ser reconhecido por todos os quadrantes, pela generalidade das forças políticas, dos movimentos sociais e da população em geral, não havendo preconceito ideológico que hoje lhe apóia reservas - ou, pelo menos, que se atreva a enunciá-las.

Nos debates que têm decorrido na pré-campanha eleitoral para as legislativas, tem sido ainda escassamente debatido o papel do Sector Social Solidário no âmbito das políticas públicas, na tradição da descrição de tal papel.

Mas não tem sido questionado o papel do Sector Social no âmbito das respostas do SNS, nem no alargamento das vagas em creche, e sua gratuitidade, que são os tópicos que mais nos respeitam de entre os que mais directamente têm ocorrido ao debate.

Tais tópicos têm igualmente guarida no texto do Pacto, que consigna, na sua Cláusula IV, como atribuições, presentes e futuras, das Instituições, as seguintes:

“a) Apoio à primeira infância, através de uma rede de respostas sociais (creches e creches familiares) que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos pais ou quem detenha a responsabilidade parental e que entenda estes equipamentos como uma resposta promotora do pleno desenvolvimento da criança”

“w) Apoio às populações em sede de prestação de cuidados de saúde, em todos os pilares do SNS e com a respetiva articulação, nomeadamente na prestação de cuidados de saúde primários, de cuidados agudos (hospitais) e da rede nacional de cuidados continuados integrados, através da disponibilização dos meios das instituições para a prossecução do objectivo, dirigido à população com maior vulnerabilidade social e desigualdade socioeconómica”.

Como sempre sucedeu, na vigência do Pacto, as Instituições têm cumprido os seus compromissos.

Espera-se que todos cumpram os seus, ao longo dos próximos 10 anos!

UNITATE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL, VILA VIÇOSA

Instituição disponibiliza dois serviços de ajuda às IPSS no âmbito do PRR

Na sequência da publicação do Aviso de Abertura de Concurso do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tendente à requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais e atendendo às diversas solicitações recebidas, a UNITATE – Associação de Desenvolvimento da Economia Social está a desenvolver dois mecanismos de suporte técnico para apoiar as instituições.

Assim, a UNITATE criou a Linha PRR Respostas Sociais, através do número (+351) 964 035 714, que funcionará até ao próximo dia 22 de fevereiro.

O objetivo da Linha PRR Respostas Sociais é a de proporcionar consultas técnicas às IPSS, por via telefónica, em termos de identificação dos requisitos das candidaturas, apoio

no preenchimento do formulário e esclarecimento de dúvidas associadas aos processos de candidatura.

Cada consulta tem um custo de 10 euros mais IVA e o horário de funcionamento é das 10h00 às 12h30 e das 14h30h às 17h00, apenas aos dias úteis.

Por outro lado, a instituição implementou também um serviço de Consultoria Especializada PRR, com o objetivo de apoiar as IPSS na elaboração de candidaturas à medida «Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais» do PRR, desde o momento da preparação até ao da submissão.

O contacto deve ser estabelecido por e-mail ou pelo telefone e tem o custo de 1% sobre o Valor Total da Candidatura (+IVA).



PRR – PROGRAMA MOBILIDADE VERDE SOCIAL

Primeiros contratos contemplaram 10 IPSS do distrito de Castelo Branco

A Associação de Solidariedade Social de Silvares (ASSS), concelho do Fundão, é uma das 10 IPSS que viram aprovada a sua candidatura, no valor de 25 mil euros, ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para aquisição de uma viatura 100% elétrica, no âmbito do programa Mobilidade Verde Social, destinado às entidades do Sector Social Solidário com acordo de cooperação para prestação do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Os primeiros termos de aceitação no âmbito do PRR, no programa de Mobilidade

Verde Social, contemplaram 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Castelo Branco, que dão apoio a 461 utentes.

A assinatura dos contratos para aquisição de 12 viaturas 100% elétricas decorreu, no passado dia 15 de dezembro, no Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco, na presença da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que sublinhou a dupla importância da Mobilidade Verde Social: “É um investimento na renovação das frotas e um contributo



para o ambiente”.

Na ocasião, Nuno Maia, diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco revelou que estão em análise 59 candidaturas, o que irá abranger um total de dois mil utentes da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE SANTARÉM

Primeira ação de formação do ano é sobre Contratação Pública

A UDIPSS está a promover uma ação formativa, subordinada ao tema «O Direito, Conceitos, o Código dos Contratos Públicos», que tem por objetivo dotar os participantes de conceitos jurídicos, necessários à compreensão da Contratação Pública e o papel que a mesma representa na vida das IPSS, quer quanto às tipologias da contratação pública quer quanto às fases que as mesmas encerram.

Segundo os responsáveis da UDIPSS Santarém, “esta é uma ação formativa muito importante na medida em que é uma questão teórica de grande complexidade” e, nesse sentido, apelam à participação dos dirigentes, técnicos e contabilistas das variadas IPSS.

Com esta formação, a União Distrital retoma o formato presencial, no entanto, devido à situação pandémica, a sessão foi reagendada para o próximo dia 21 de janeiro, no Auditório do Lar de Santa Beatriz da Silva.

A formação será dirigida por Ana Louro, que presta assessoria jurídica à UDIPSS Santarém e tem o seguinte horário: 9h30/10h30 - «O Direito, Conceitos; O Direito dos Contratos Públicos»; 11h00/13h00 - «Os Contratos Públicos nas IPSS»; 14h30/15h30 - «Tipologias e Fases da Contratação Pública»; 15h30/17h00 - «O ajuste direto».

Entretanto, no âmbito da reestruturação dos serviços que a nova Direção tem levado a efeito,

desde o dia 3 de janeiro, a jurista Ana Louro exerce as funções de assessora jurídica “ao dispor das associadas” da UDIPSS Santarém.

O serviço jurídico de apoio, assessoria e formação às associadas, será assegurado como já é habitual, através de pedido e resposta por email, atendimento presencial e/ou via call/plataforma e, ainda, ações de formação.

Desde o início do corrente mês que está inativo o endereço de email udipsssantarém.assessoria@gmail.com, passando as questões jurídicas a ser tratadas através de um novo domínio: assessoriajuridica@udipsss.pt (devendo ser colocado em Ccgeral@udipsss.pt).

CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Rogério Cação distinguido a título póstumo com o Prémio Honra à Carreira

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) divulgou, no dia 30 de dezembro, os vencedores do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2021.

A distinção, criada pela CASES em 2012, destina-se a homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a Economia Social, contando com seis categorias (Inovação e Sustentabilidade, Estudos e Investigação, Estudos e Investigação na Lusofonia, Formação Pós-Graduada, Trabalhos de Âmbito Escola e Trabalhos Jornalísticos) e um Prémio de Honra, que nesta edição foi atribuído a título póstumo a Rogério Cação (Carreira) e ainda à jovem Joana Moreira (Capacidade Empreendedora).

O ex-presidente da CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa), Rogério Cação, falecido a 6 de julho de 2021, é assim distinguido, a título póstumo com o Prémio Honra à Carreira, pelo percurso no âmbito da Economia Social, que trilhou ao longo da sua vida.

Recorde-se que um dia antes de falecer, Rogério Cação, no seu derradeiro ato público, firmou pela CONFECOOP o Compromisso de Cooperação Para o Sector Social Solidário 2021-2022, o seu último contributo para a estabilidade e sustentabilidades das organizações do Terceiro Sector.

Rogério Manuel Dias Cação nasceu em Peniche, no dia 14 de fevereiro de 1956, frequentou o curso de Estudos Superiores Especializados em Supervisão Pedagógica e Gestão de Formação, na

Escola Superior de Educação de Lisboa, e fez a parte curricular do Mestrado em Antropologia.

Como docente e em regime de destacamento, em 1988 iniciou a função de professor de Educação Especial na CERCIPENICHE, tendo-se mantido nesta função até 2013. Até ao seu último ato público desempenhou o cargo de vice-presidente da Direção e diretor-executivo da FENACERCI, presidente das direções da CERCIPENICHE, da CONFECOOP e da ADEPE (Associação para o Desenvolvimento de Peniche). Foi ainda vice-presidente da Confederação Portuguesa da Economia Social, presidente da Mesa da Assembleia da ACOMPANHA (Cooperativa de Solidariedade Social), vereador na Câmara Municipal de Peniche, membro do Conselho Económico e Social.

Entre as distinções que recebeu, destaque para a Comenda da Ordem de Mérito, atribuída em 2010.

Ainda no âmbito do Prémio de Honra Personalidade do Ano da Economia Social 2020, a CASES distingue Joana Moreira, da Associação Juvenil Transformers, do Porto, com a distinção Honra à Capacidade Empreendedora.

Desde 2006, Joana Moreira, de 31 anos, iniciou um caminho de voluntariado que a levou a vários lugares, potenciando diferentes



comunidades e promovendo a cidadania em cada um desses sítios. De bairros sociais a prisões juvenis, Joana Moreira promoveu atividades de música, pintura e consciência social.

Entre o diverso trabalho de voluntariado e após concluir, em 2008, o Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e da Saúde, ingressou, em 2013, no Movimento Transformers, organização que lidera desde então e que a levou a fazer formação executiva em Empreendedorismo Social.

No início de 2021, a Comissão Europeia elegeu Joana Moreira como uma das 100 melhores empreendedoras sociais da Europa.

Nas restantes seis categorias, para além dos vencedores foram ainda atribuídas quatro menções honrosas.

Assim, na categoria Inovação e Sustentabilidade, a vencedora foi a Crescer na Maior – Associação de Intervenção Comunitária, com o projeto «É um Restaurante», que, desde 2019, tem objetivo de promover a integração no mercado de trabalho das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo na cidade de Lisboa.

Já a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço é atribuída uma menção honrosa, pelo projeto «Lado a Lado», que pretende melhorar a qualidade de vida da população depois dos 65 anos e promover/valorizar o «ageing in place».

Na categoria de Estudos e Investigação, a vencedora é Cláudia Sofia Cordeiro, com o estudo «Inovação e Governança para a Sustentabilidade das Organizações de Economia Social: educação de jovens empreendedores e dirigentes de projetos sociais», no âmbito do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, do Instituto Politécnico de Santarém.

Por seu turno, Luís Jacob irá receber uma

menção honrosa, pelo estudo «Universidades Seniores Portuguesas: Caracterização e Desenvolvimento», no âmbito da tese de doutoramento internacional, da Universidade de Salamanca.

Já no que toca à categoria de Estudos e Investigação na Lusofonia, a dupla vencedora é Ana Martha Bülow e Leonardo Custódio Machado, com o estudo «Potencial de bancarização do cooperativismo de crédito nos municípios brasileiros desassistidos pelo SFN».

Por outro lado, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) é o premiado na Categoria Formação Pós-Graduada, pelo Mestrado em Gestão e Regime Jurídico-empresarial da Economia Social.

Na categoria Trabalhos de Âmbito Escolar, o vencedor é o Agrupamento de Escolas de Averno-Mar, com o projeto «Aver-O-Mundo», que tem como objetivo a maior inclusão social dos alunos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e suas famílias, com reflexos ao nível da melhoria do sucesso escolar.

Já na categoria Trabalhos Jornalísticos, Cecília Malheiro, da Lusa, é a vencedora com o trabalho «Covid-19: Centro de Apoio ao Sem-abrigo do Porto triplica refeições entregues semanalmente».

A CASES atribui ainda duas menções honrosas a Sara Moreira, Catarina Leal, Filipe Nunes, do jornal Mapa, com uma série de entrevistas intituladas «Pandemia Solidária», e ainda a Nuno Guedes, da TSF, com a reportagem «O diário da nossa pandemia».

A Cerimónia Pública de entrega do(s) Prémio(s) terá lugar no primeiro trimestre de 2022, em formato, lugar e data ainda a definir.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

LISBOA

Município quer passes gratuitos nos transportes para jovens e idosos ainda este ano

O executivo da Câmara de Lisboa, liderado por Carlos Moedas, acredita que os passes gratuitos para jovens até aos 23 anos e para idosos residente da cidade poderão avançar já este ano, estando neste momento a decorrer negociações com a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) para que a medida inclua todos os operadores e não apenas a Carris.

“A vontade do Executivo é que seja adotada pela TML”, assumiu o vice-presidente da autarquia, Filipe Anacoreta Correia, na apresentação do orçamento da câmara para 2022, lembrando que o que “estava refletido no programa eleitoral era para os jovens dos 13 aos 18 e estudantes residentes em Lisboa até aos 23 anos”. De acordo com o orçamentado, o projeto terá um custo de 12 milhões de euros, caso seja implementado em todos os operadores da TML. A Câmara Municipal encarregar-se-á de pagar às transportadoras “aquilo que as pessoas deveriam pagar” à Carris e ao Metro, ou seja, uma estimativa de 12 milhões de euros, uma verba que está dentro da capacidade financeira do município, assegurou o presidente da câmara.

Se tudo correr bem nas negociações com os restantes partidos na autarquia e com a tutela do Metropolitano, a medida dos passes gratuitos para idosos e estudantes entrará em vigor no início do segundo semestre deste ano.

Entre as promessas eleitorais já contempladas nesta proposta de orçamento municipal está também a de que os residentes em Lisboa possam ter um desconto de 50% no estacionamento gerido pela EMEL. Carlos Moedas destacou a autarquia está a trabalhar com a empresa que gere o estacionamento na cidade nesse sentido, salientando que a solução deve ser para todos, mas pode começar a ser aplicada com base em soluções tecnológicas, como a aplicação que já existe.

O presidente da Câmara de Lisboa afirmou que vai tentar convencer os restantes autarcas da Área Metropolitana a adotarem nos seus concelhos passes gratuitos para munícipes até aos 23 anos e maiores de 65, como proposto na capital.

Carlos Moedas visitou no princípio do mês a Carris, em Miraflôres (Oeiras), onde teve uma reunião com a Administração da empresa,

gerida pelo município, para continuar a acertar esta medida, que foi uma promessa eleitoral incluída já no Orçamento municipal para 2022.

A medida ainda não foi aprovada pela autarquia, já que não tem maioria absoluta no município, mas Carlos Moedas pretende avançar e apresentar a ideia aos restantes municípios das Área Metropolitana de Lisboa (AML), para convencer os colegas dos outros 17 municípios metropolitanos a adotarem também passes grátis para munícipes com idades até aos 23 anos e com mais de 65.

O autarca sublinhou que não se trata de uma negociação com a AML, mas de “conversações”, de “liderar este movimento” que é de Lisboa, mas que gostava de ver replicado noutros concelhos metropolitanos, considerando que os transportes gratuitos são “uma medida crucial para a descarbonização das cidades”.

Carlos Moedas precisa do apoio dos outros autarcas porque, além da municipal Carris, pretende também envolver nestes novos passes gratuitos o Metropolitano de Lisboa, que está fora da esfera de gestão da Câmara.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- US UNIDADES DE SAÚDE**
- CP CONTROLO DE PRESENCAS**
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO**
- UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)**
- GI GESTÃO DE IMÓVEIS**
- IMO IMOBILIZADO ESNL**
- ORD ORDENADOS**
- PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)**
- PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC**
- PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI**
- ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS**
- CNT CONTABILIDADE ESNL**
- LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE**
- ORC MÓDULO ORÇAMENTOS**

- + de 40 aplicações**
- + de 900 clientes**
- Garantia de satisfação**
- Demonstrações grátis e sem compromisso**
- Assistência remota**
- Formação online**

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.
TELEFONE +3511 253 408 326
TELEMÓVEL +3511 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**

COMPROMISSO EMPREGO SUSTENTÁVEL

30 mil jovens podem vir a beneficiar do apoio à contratação

O novo apoio à contratação permanente de desempregados, que pode chegar a 30 mil jovens e atingir um valor de 9.500 euros, será publicado este mês, garante a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Ana Mendes Godinho disse que esta medida “está a ser preparada há vários meses”, esteve em consulta com os parceiros sociais e “deve ser publicada este mês”.

Em causa está o programa Compromisso Emprego Sustentável, medida no valor de 230 milhões de euros, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para apoio à criação de emprego jovem permanente e não precário.

“O nosso objetivo e o nosso trabalho permanente é no sentido de continuar com esta capacidade de manter emprego, mas também de novas medidas de apoio à contratação, nomeadamente grande foco no apoio à contratação

de jovens, que continua a ser uma área onde temos uma taxa de desemprego alta”, sublinhou a governante, referindo o lançamento do Compromisso Emprego Sustentável “para apoio à contratação de 30 mil jovens”.

A medida “pode ir até um apoio de 9.500 euros para apoio à contratação de trabalhadores que estejam desempregados e com discriminação positiva para jovens, para trabalhadores do sexo sub-representado na empresa, para trabalhadores no interior e para trabalhadores que tenham salário equivalente a dois salários mínimos”, acrescentou.

Segundo explicou a ministra, depois da publicação da portaria, serão então abertos os avisos das candidaturas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O valor do apoio base é de 5.318 euros, mas com as majorações pode chegar a 9.573,1 euros.



RELATÓRIO 2020 SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Estatuto de vítima atribuído à maioria dos casos

O estatuto de vítima foi atribuído a cerca de 87% dos casos de violência doméstica registados pela PSP e GNR em 2020, totalizando 24.092 os casos com este tipo de proteção, revela o relatório anual de monitorização.

O documento referente ao ano de 2020, mas só publicada agora pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), indica que foram atribuídos um total de 24.092 estatutos de vítima, representando 87,4% das situações, sendo que 10,3% das vítimas prescindiram de beneficiar deste direito.

O estatuto de vítima de violência doméstica garante proteção e direitos a quem está nesta situação.

O 13º relatório que caracteriza as ocorrências de violência doméstica reportadas às forças de segurança dá conta que a PSP e a GNR registaram 27.619 participações deste tipo de crime, correspondendo uma diminuição de 6,3% em relação a 2019, ou seja, menos 1.848 participações.

A GNR registou 13.216 ocorrências e a PSP 14.403, tendo a diminuição do número de participações ocorrido em todo o país, com exceção dos distritos de Portalegre (17,0%), Coimbra (3,5%), Beja (2,9%) Vila Real (0,8%) e Braga (0,3%), em que houve um aumento.

No entanto, os distritos onde se registaram mais participações foram Lisboa (6226), Porto (4427) e Setúbal (2774).

Sobre as ocorrências registadas no ano passado, o relatório indica que, em 45,6% dos casos, a denúncia foi efetuada presencialmente, em 25,2% foi feita por telefone e em 22,0% foi



realizada no âmbito de ações de policiamento de proximidade.

A intervenção policial ocorreu, geralmente, motivada por um pedido da vítima e, em 31,7% dos casos, as ocorrências foram presenciadas por menores.

A PSP e a GNR detiveram 2073 suspeitos no âmbito da violência doméstica.

Em 2020, à semelhança de anos anteriores, a violência doméstica continuou a ser o crime mais reportado a nível nacional, representando

35,78% da criminalidade registada, e a posicionar-se como o segundo crime mais registado a seguir ao furto.

O documento avança também com dados sobre as decisões finais em processo-crime, indicando que, entre 2015 e 2020, dos 81.032 inquéritos de violência domésticas, 78,2% foram arquivados, 17,2% resultaram em acusação e 4,7% em suspensão provisória do processo.

A grande maioria dos processos arquivados decorreu de falta de prova.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A inflação que não sabemos se veio para ficar ou é transitória

Há um par de meses publiquei neste espaço uma crónica a que dei o título “Quem Tem Medo Da Inflação?”.

Por essa altura os mercados financeiros começavam a mostrar algum nervosismo relativamente à possibilidade de um surto inflacionista sério nas economias de capitalismo avançado.

De certa forma os mercados foram prescientes.

Desde maio que a inflação nos Estados Unidos não baixa de 5%, na zona euro a última leitura já está próxima dos 5% e, na austera Alemanha, o último registo mensal é de 6%

De onde vem isto? Porque sobem tanto os preços? Este surto inflacionista é transitório ou vai continuar por um período considerável de tempo?

Quanto às causas, possivelmente vêm de dois lados. De um deles podemos estar seguros, do outro nem tanto.

A parte em que podemos estar seguros é o resultado de deslocações e disfunções de oferta e procura causadas pela crise sanitária.

Ninguém ignora que, em virtude da crise sanitária, nalguns setores temos excesso de procura em relação à oferta enquanto noutros se passa o contrário.

Por exemplo, a procura de componentes eletrónicos é muito superior à capacidade de produção a nível global. O mesmo se passa com a capacidade de transporte marítimo.

Já setores como a aviação, a hotelaria e tudo o que esteja ligado ao turismo estão justamente na situação oposta.

Há um outro elemento que ficou com oferta curta – trabalhadores. A pandemia, por razões as mais diversas, retirou muitas pessoas da força de trabalho. Quando a economia começou a reabrir, as empresas, subitamente, depararam-se com uma grande escassez de trabalhadores disponíveis.

O número de trabalhadores que apresentam a sua demissão nas empresas americanas está em máximos históricos. Isso acontece porque há muitos empregos disponíveis.

Estas causas episódicas ligadas com a gestão da crise sanitária não são contestadas por ninguém – estão no domínio das evidências empíricas.

Mas há um outro lado, de potencial geração inflacionária, que é muito mais contencioso.

Há quem acredite que o surto inflacionista também tem que ver com as consequências da política fiscal e monetária, as quais estão em modo expansionista como nunca se viu em tempos

de paz. Ou seja, há quem pense que as colossais injeções de dinheiro nas economias, seja pelos bancos centrais seja pelos governos, está a juntar-se às causas episódicas e a puxar os preços para cima.

Como olhar para a situação?

Há duas perspetivas: a dos tranquilos e a dos nervosos.

Basicamente os tranquilos dizem que não passa nada e que este surto é transitório. Se as causas são as deslocações e as disfunções na oferta e procura causadas pela crise sanitária, à medida que esta for estando controlada, as coisas voltarão ao normal.

Os nervosos dizem que não é bem assim. Desde logo porque nem tudo vem da pandemia e, por outro lado, mesmo que a pandemia explicasse tudo, nem por isso estaríamos livres de perigo.

É que, finalmente, tudo depende do tempo que durar o “transitório”. Se o “transitório” for suficientemente longo para desancorar as expectativas inflacionistas, podemos ter um surto autoalimentado que pode durar muito tempo e atingir valores elevados.

Tudo, em última análise, depende das expectativas e da forma como estas se manifestam nos comportamentos dos agentes económicos.

Naturalmente que não há dinâmica inflacionista se as expectativas estão ancoradas. Isto é, se todos concordarmos que daqui a um ano tudo volta ao normal, absorvemos o choque e seguimos tranquilos. O problema surge quando temos a expectativa de que os preços vão continuar a subir sustentadamente. Então, empresas e trabalhadores começam a agir em conformidade, isto é, os trabalhadores tentando obter salários nominais mais altos, as empresas procurando refletir os aumentos dos custos nos preços que praticam.

Nesse quadro o processo pode entrar em modo de autoalimentação, ou seja, ficar fora de controlo.

Que podemos dizer sobre o ancoramento das expectativas inflacionistas?

A evidência empírica disponível mostra-nos uma curiosa dissonância entre os eruditos e o “povo”.

Os indicadores dos mercados financeiros mostram que investidores sofisticados esperam inflação a 5 ou a 10 anos no intervalo de 2 a 3%.

Os grandes bancos centrais preveem que em menos de um ano tudo terá voltado ao normal e os economistas profissionais que, por dever de ofício, vão publicando previsões, também acreditam no carácter transiente do atual surto inflacionista.

Curiosamente esse não é sentimento popular. O índice de confiança dos consumidores nos Estados Unidos, medido pela universidade de Michigan, está em mínimos de 10 anos, justamente devido a receios com a inflação. A expectativa da inflação dos consumidores americanos é de 5,7% a um ano.

Na Europa a degradação do sentimento dos consumidores é similar.

Em matéria de expectativas os “eruditos” em economia e finanças bem como os investidores sofisticados estão tranquilos, o “povo” está nervoso.

Claro que o nervosismo do “povo” resulta, em parte, de um fator, porventura episódico, que é a subida forte dos preços da energia e, em particular, dos combustíveis. Está provado que a dinâmica dos preços dos combustíveis tem uma influência desproporcionada na perceção da inflação pelos consumidores.

Mas, no fim do dia, a questão do milhão de euros persiste: quem tem razão? Os tranquilos ou os nervosos? Este surto nos preços é transitório ou permanente?

A resposta a esta questão tem consequências importantes.

Se os banqueiros centrais acreditarem que o surto inflacionista é passageiro não haverá necessidade de mudar significativamente o curso da política monetária.

Contudo, se num determinado momento começar a ficar claro que a subida dos preços veio para ficar, podem os banqueiros centrais ser obrigados a subir prematuramente as taxas de juro com as consequências que todos conhecemos.

Para já não vemos “nervosismo” nem da Reserva Federal americana nem no BCE.

A Sra. Christine Lagarde continua a dizer-nos que uma eventual subida das taxas de juro da zona euro em 2022 é pouco provável.

Nos Estados Unidos o presidente da Reserva Federal continua tranquilo, mas é cada vez menos assertivo. No último depoimento perante o Congresso deixou subtilmente cair o carácter “transitório” do surto inflacionista.

Não existe a bola de cristal que nos diga o que se vai passar com as taxas de juro daqui a um semestre ou daqui a um ano. O que podemos dizer é que a probabilidade de perturbação nesta frente é hoje bem maior do que era há um par de meses. Já ninguém de bom senso pode excluir a possibilidade de uma travagem às quatro rodas nos estímulos monetários num futuro não muito longínquo.

Segurem-se!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

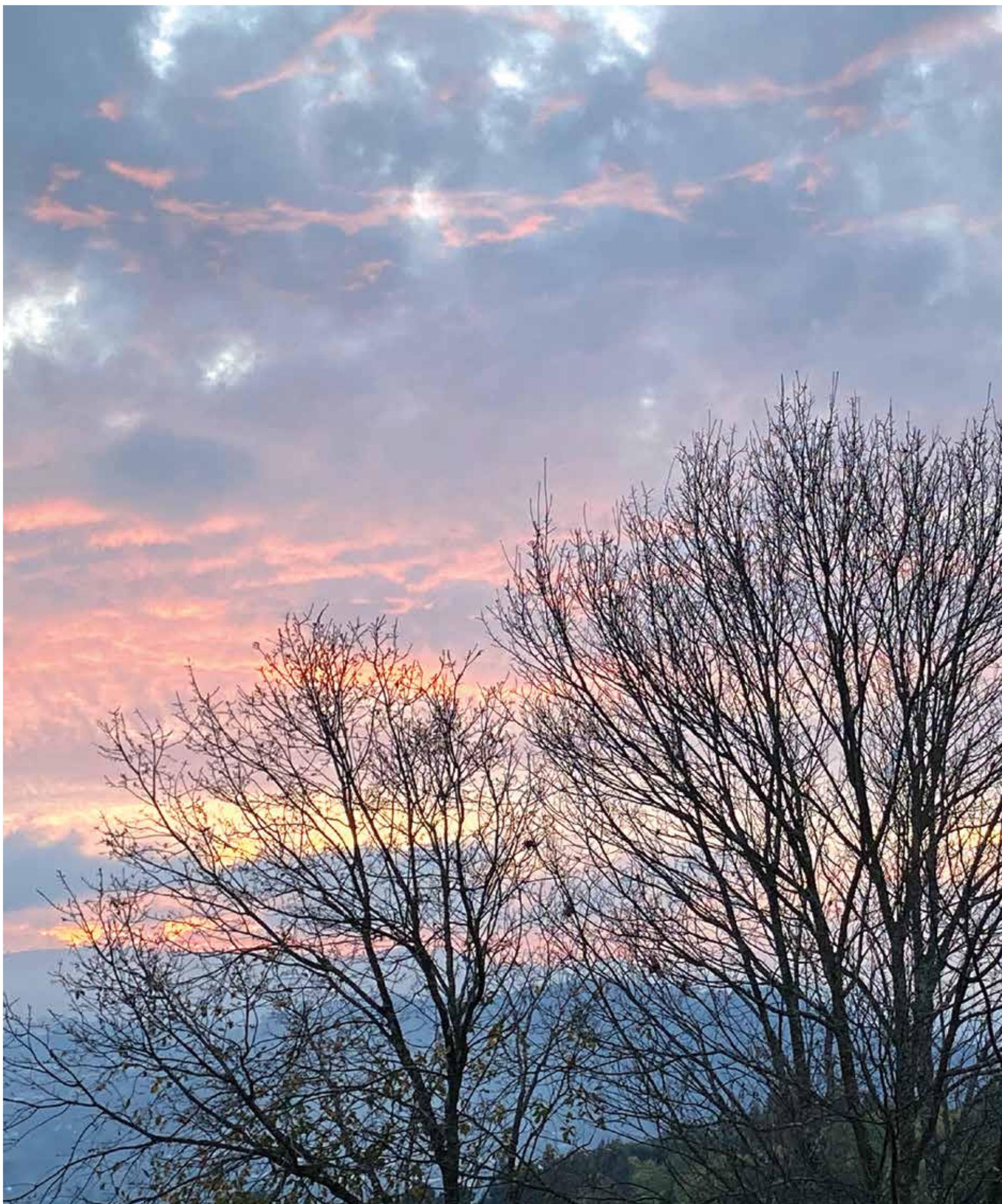
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Bons ares em 2022...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA

Dez anos para reduzir a metade os pobres em Portugal

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030, que visa, entre outras medidas, reduzir para 10% a população em situação de pobreza até ao final da década, foi publicada em Diário da República.

Aprovado em Conselho de Ministros em 16 de dezembro, o documento asenta em seis prioridades: reduzir a pobreza nas crianças, jovens e suas famílias; promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade; potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza; reforço das políticas públicas de inclusão social; assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local; e fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.

Reconhecendo a existência de cerca de dois milhões de portugueses ainda em risco de pobreza e exclusão social, este mecanismo pretende também reduzir para metade a pobreza monetária de crianças, o que significa retirar aproximadamente 170 mil crianças de situação de pobreza, e diminuir para metade a taxa de pobreza monetária dos trabalhadores pobres, ou seja, menos 230 mil trabalhadores em situação de pobreza.

Em termos financeiros, a resolução do Conselho de Ministros esclarece que “as verbas a imputar à execução da ENCP estão limitadas pelo enquadramento orçamental dos serviços e organismos responsáveis pela sua execução”, embora realce que os encargos “são satisfeitos também por fundos europeus, designadamente no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual para o período de programação 2021-2027”.

Neste âmbito será criada uma comissão interministerial para o acompanhamento e execução da ENCP, da qual farão parte os membros do Governo que representem a presidência do conselho de ministros e os ministérios do trabalho, da solidariedade e segurança social, da educação, das autarquias locais, da saúde e das infraestruturas e habitação.

MAIS CAMAS PARA SEM-ABRIGO NO ALGARVE

A região do Algarve vai disponibilizar um total de 123 camas em apartamentos partilhados para pessoas em situação de sem-abrigo, depois de terem sido assinados mais cinco protocolos com instituições sociais.

“No espaço de um ano, significará mais de 100 pessoas tiradas da rua e mais de 100 pessoas com um projeto alternativo de vida, o que é extraordinário”, disse à agência o coordenador da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023.

Os primeiros protocolos relativos a esta resposta para pessoas sem-abrigo no Algarve foram assinados há cerca de um ano, criando cerca de 70 camas, já “com uma taxa de execução na ordem dos 80%”, assinalou Henrique Joaquim, durante uma cerimónia realizada no Centro Distrital de Faro da Segurança Social.

O responsável destacou que este modelo, operacionalizado por instituições sociais, com apoio das autarquias e financiamento da Segurança Social, contempla ainda o acompanhamento por técnicos.

“Há aqui um tripé, entre capacitação, aumento das vagas e resposta das instituições, que tem tudo para aumentar, de forma muito significativa, os resultados positivos que já se começam a ver. O balanço que faço em relação ao Algarve é muito bom”, afirmou, acrescentando esperar que a economia melhore para que estas pessoas sem-abrigo possam “aproveitar as oportunidades

que lhes sejam dadas”.

Os protocolos já assinados garantem a existência de respostas deste género em oito concelhos do distrito de Faro: Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Portimão, Tavira e Vila Real de Santo António.

No Algarve, o presidente do Movimento de Apoio à Problemática da Sida (MAPS) estimou em mais de 500 o número de pessoas a viver nas ruas ou em situação “demasiado precária”, havendo mais 70 em alojamentos de emergência.

O coordenador da estratégia para a integração de pessoas sem-abrigo lembrou que, em todo o país, a meta passava por criar, até final de 2021, 1.100 vagas em apartamentos partilhados, objetivo que deverá ser atingido.

Henrique Joaquim apontou ainda a importância de dois diplomas publicados em Diário da República, relativos às condições de instalação de Comunidades de Inserção e à Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.

As Comunidades de Inserção são um instrumento que vai permitir “acompanhar melhor” as pessoas em situação de sem-abrigo com a criação de uma solução flexível de alojamento em estruturas prefabricadas ou modelares, em edifícios a construir de raiz ou já existentes.

A estratégia de combate à pobreza visa retirar dessa condição 660 mil pessoas até 2030, com foco na redução da pobreza infantil (menos 170 mil crianças em situação de pobreza) e da pobreza no trabalho (menos 230 mil trabalhadores em situação de pobreza).



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL